Revista Espaço Acadêmico - Nº 109 - Junho de 2010
ANO X - ISSN 1519-6186

A Independência Pendente –
No bicentenário das independências de Hispano América

Silvia Beatriz Adoue*

E a gente fazendo conta
pro dia que vai chegar
Geraldo Vandré

No ano do bicentenário do início do processo de independência das colônias espanholas na América, vale a pena refletir sobre que tipo de nações surgiram daquela gesta. Se a independência da metrópole foi chamada de revolução e os patriotas chamavam a si mesmos de revolucionários, é bom precisar a natureza das revoluções nas que eles estavam engajados. A retórica da Revolução Francesa de 1789 inspirava não poucos desses patriotas americanos, e a palavra "revolução" supunha uma ruptura com o antigo regime por identificação entre a monarquia espanhola, no caso, e a francesa. Contraditoriamente, num primeiro momento, a invasão napoleônica na Espanha tinha servido ao mesmo tempo como razão para a aliança entre os republicanos por um lado e alguns dos monarquistas partidários da coroa espanhola por outro. E colocou em movimento setores sociais das colônias até então pouco ativos, apresentando uma possibilidade de mudança que os beneficiaria.

Mas, se é verdade que a Revolução Francesa e, posteriormente, o período napoleônico deram curso na Europa a uma transformação na propriedade da terra, na América, fora algumas exceções, isto não aconteceu. A única colônia de exploração em que, junto com a independência, se operou a passagem drástica de mãos da propriedade do principal meio de produção foi Haiti. Talvez porque foi o único caso em que a direção política da revolução estava nas mãos dos trabalhadores da principal mola da economia da colônia, e não em mãos de setores proprietários que haviam crescido beneficiados pelo próprio sistema colonial, e nem de setores intermediários. Em Haiti, a propriedade da terra passou para os produtores que haviam sido escravos até pouco tempo antes. A *plantation* das colônias, como

forma de organização da produção, não se sustentava sem trabalho escravo. E os "jacobinos negros" de Haiti não fizeram apenas uma revolução política, eles também mexeram na propriedade da terra.

Nas colônias espanholas em México, Venezuela e na Banda Oriental do Rio da Prata[1] se mobilizaram grandes massas deserdadas pela independência, pela abolição da escravidão e das diversas formas de servidão, assim como pelo fim dos tributos a que estavam obrigadas as comunidades indígenas. No caso de México, o processo seria revertido com os governos que sucederam aos primeiros patriotas, os sacerdotes Hidalgo e Morelos. A Banda Oriental seria invadida por tropas portuguesas para esmagar o grande movimento liderado pelo patriota José Artigas no interior da província. Quando o governo independente de Montevidéu recuperou o território, devolveu as terras aos antigos proprietários. Em Venezuela, as expropriações preconizadas por patriotas como Miranda, permitiram a ascensão social de oficiais militares oriundos das camadas médias, inclusive mestiças, mas não acabou com a estrutura latifundiária pré-existente. No resto das colônias, salvo casos pontuais de "godos recalcitrantes" aqui e ali, os proprietários não foram expropriados.

Também não houve, na maioria das colônias espanholas, simultaneidade entre independência e abolição da escravidão e nem das diversas formas de servidão indígena. Uma vez que essas formas de exploração do trabalho garantiam a continuidade da produção nos moldes anteriores à revolução política. Casos especiais foram os já citados de México, Venezuela e a Banda Oriental, que tiveram uma participação ativa dos camponeses e trabalhadores do campo; e o das colônias cujo principal produto de exportação era resultado da exploração pecuária, na que, pelas suas características, não resultava vantajosa a utilização de trabalho escravo ou da servidão indígena. Mesmo assim, por exemplo, no Rio da Prata, a "Lei de Ventres"[2] foi aprovada na "Assembleia do ano 13", três anos após a instauração do primeiro governo *criollo*. Não aconteceria o mesmo ali onde o principal produto de exportação dependia da exploração de trabalho escravo ou servil, como nas fazendas de açúcar e nas minas.

Porém, as burguesias *criollas* terminaram cedendo às pressões de Inglaterra para a redução do trabalho escravo e ampliação do trabalho assalariado. Para a burguesia inglesa, principal beneficiária, direta ou indireta, do tráfico de escravos até o século XVIII, mercadoria que permitiu duplamente a acumulação de capital necessário para a revolução industrial, a exploração do trabalho escravo na América deixou de ser vantajosa. Começou a utilizar todos os recursos de propaganda, políticos, diplomáticos e militares para combatê-lo. As burguesias de América, dependentes, cederam.

A independência não modificou substancialmente a matriz produtiva das ex-colônias. Exportadoras de uma reduzida variedade de produtos, na sua maioria insumos para a indústria europeia ou produtos semi-manufaturados, continuaram mantendo o mesmo negócio "sob nova direção". A novidade era a ruptura do monopólio e a possibilidade de negociar o preço. Na prática, o setor local mais beneficiado

[1] Nome da então província do Rio da Prata que depois se separaria para se tornar Uruguai.

[2] Equivalente à "Lei do Ventre Livre".

era o da burguesia exportadora, comercial ou proprietária de terras nas que se produzia para exportar. Setores proprietários que, pela localização das suas terras e pelo tipo de atividade econômica, apenas podiam comercializar seus produtos na vizinhança reduzida das suas regiões, pouco e nada se beneficiaram. As guerras civis que seguiram às independências em não poucos casos respondiam a essas tensões entre os diferentes setores da burguesia *criolla.* Ocasionalmente, quando grupos plebeus se levantavam associando a luta pela independência com suas próprias reivindicações de terra e liberdade, os setores proprietários *criollos* e europeus se uniam para esmagar esses movimentos. Em todos os casos, os pobres contribuíam com o maior número de mortos. Ao cabo das guerras civis, os Estados emergentes eram resultado de um ajuste e negociação dos diferentes setores proprietários beneficiados com a exportação. Ou, como no caso de América Central, os Estados ficavam sob controle dos antigos latifundiários, exportadores ou não.

Um caso diferenciado foi o de Paraguai, que se separou das Províncias Unidas do Rio da Prata, anteriormente Vice-reinado do Rio da Prata. O relativo isolamento do território, a ausência de proprietários em grandes extensões, a inexistência de uma produção de exportação que interessasse aos mercados europeus, já que só exportava regionalmente erva mate e tabaco, permitiram uma direção política com certa margem para a "experimentação", comparativamente mais "livre" para aplicar um programa de desenvolvimento nacional, da indústria e do mercado interno. O Estado se apropriou desse território sem dono e o arrendou a particulares. O compromisso de pagar o arrendamento obrigou a esses particulares a produzir um excedente, disponível a baixo preço no mercado, para a alimentação de trabalhadores das manufaturas e das indústrias incipientes, e também um fluxo de recursos permanente para as arcas do Estado, que este investia em infra-estrutura. Foi construída assim a primeira ferrovia de América do Sul e floresceu a siderurgia e um grande estaleiro.

Esses rumos singulares adotados por Haiti e por Paraguai afastavam estas duas novas nações do papel que a forma em que se dava a mundialização reservava para as colônias em América. Se Haiti, segunda colônia do continente a se independizar, alimentou os sonhos dos patriotas jacobinos e abolicionistas e as esperanças dos plebeus, escravos, servos ou livres; também assombrou com fantasias aterrorizantes as previsões dos negociantes das colônias que também desejavam quebrar o monopólio das metrópoles. O efeito sobre os últimos foi ambíguo: em alguns casos, retardou seus propósitos; em outros, os estimulou a se adiantar às iniciativas dos plebeus, assumindo logo o comando dos movimentos antes que os radicais o fizessem. Depois do primeiro momento de fulgor, a nova nação das Antilhas não encontrou um lugar ao sol. Não tendo mudado a matriz produtiva, completamente dependente do mercado internacional, foi presa do jogo das "trocas desiguais" e da vingança dos poderosos de todo lado, inclusive das novas nações independentes de América, que temiam o seu "mau exemplo". Para eles, Haiti não podia "dar certo".

Paraguai, meio século após a independência, ameaçava os negócios ingleses. Não concorria com Inglaterra no mercado mundial, mas sim no

mercado regional, no qual podia oferecer preços consideravelmente mais competitivos. Sucumbiu, então, a uma guerra que mancomunou os Estados vizinhos, representantes das burguesias exportadoras, inteiramente dependentes do comércio com Inglaterra e dos financiamentos dos bancos ingleses.

A Revolução Francesa e toda a sua retórica ecoaram nos ouvidos dos intelectuais *criollos*, filhos dos proprietários ou das classes médias das colônias, mas, de todo o palavrório, o que as grandes massas extraiam era o programa de terra e de liberdade. Depois da experiência de Haiti, na América hispânica, só em México, em Venezuela e no território do atual Uruguai houve alguma identidade mais profunda entre o programa levantado por alguns dos patriotas e as aspirações de transformações na propriedade da terra e nas relações de trabalho da grande massa dos trabalhadores. Em México, por exemplo, onde a igreja católica é uma grande proprietária, são justamente dois sacerdotes, Hidalgo e Morelos, que levam adiante o programa mais radical, de abolição da escravidão e o fim dos tributos das comunidades indígenas, assim como de expropriação dos "ricos", fossem eles espanhóis ou *criollos*. Porém, nos três processos da independência terminaram se afirmando os setores proprietários, velhos, no caso de México e a Banda Oriental, e novos, no caso de Venezuela.

O povo pobre nem sempre participou com entusiasmo das lutas pela independência. Intuitivamente, percebia que as suas reivindicações de terra e liberdade não estavam incluídas no programa independentista. Essas duas reivindicações permaneceram como dívidas das novas nações para com o próprio povo. Em 1910, no centenário da independência de México, os camponeses mexicanos tentaram cobrar essa dívida por meio de uma guerra que durou vários anos. Obtiveram a Constituição de 1917 que, após o desarmamento, não conseguiu sair do papel.

Se os Estados-nação que emergiram da descolonização de América hispânica foram pensados como cópia dos Estados burgueses europeus, não o fizeram pelo recurso à revolução burguesa. A "dívida" de terra e liberdade permanece e continua se avolumando. "E o povo vai fazendo conta, pra um dia que vai chegar".

* **SILVIA BEATRIZ ADOUE** é Mestre em Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo (2001) e Doutora em Letras pela FFLCH-USP.